

VOTO EM SEPARADO APRESENTADO PELO DEPUTADO CAIO FRANÇA

O Exmo. Sr. Governador do Estado de São Paulo apresentou o Projeto de Lei nº 578/2022 que *dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2023*.

Em pauta, pelo período regimental, o projeto recebeu 21.332 emendas em seus anexos e artigos do corpo da lei. Houve crescimento exponencial do número de emendas em relação à LOA de 2022.

Analisando as emendas apresentadas pela bancada do PSB partidárias, na Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2023, um total de 60 emendas, voltadas especialmente para saúde e infraestrutura. Após o período de recebimento de emendas pelos nobres parlamentares, o projeto foi encaminhado a Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento para análise, nos termos do § 3º, do artigo 31, da X Consolidação do Regimento Interno, sendo designado relatora a nobre Deputado Delegado Olim.

Antes de qualquer coisa é pertinente destacar que todo o processo de discussão legislativa das peças orçamentárias vem sendo rebaixado ano após ano. O descaso pelo poder legislativo nesta área iniciou-se de maneira forte no governo Serra, em 2007, mantendo-se durante o governo João Dória.

De um lado, o representante do Poder Executivo não apresenta mais a proposta de diretrizes orçamentárias no Colégio de Líderes, nem tampouco à Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento da Assembleia Legislativa de São Paulo. A Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento insiste em não definir sub-relatorias para a apreciação da matéria, o que tornaria o processo de discussão mais ágil e democrático internamente. Cumpre lembrar que todo este "rito" democrático é executado pelo Governo Federal junto ao Congresso Nacional.

Neste voto em separado, primeiro faremos uma análise crítica sobre o Projeto de Lei das Diretrizes Orçamentárias enviada pelo Poder Executivo a esta Casa para o ano de 2023. Posteriormente, faremos a análise sobre o parecer da deputado Delegado Olim sobre o Projeto de Lei que Orça a Receita e Fixa a Despesa do Estado no Exercício de 2023.

1. Avaliação crítica do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias 2023

1.1 Introdução

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) representa, no ciclo orçamentário, um dos mais importantes instrumentos de planejamento da administração pública. Isso porque a LDO é o mecanismo de ligação entre o Plano Plurianual (PPA) e a Lei Orçamentária Anual (LOA).

Para que cumpra este papel, a LDO deve indicar o cenário macroeconômico previsto, as possíveis alterações na legislação tributária e as metas fiscais (projeções da receita, despesa e dívida pública). Também deve conter os riscos fiscais, as projeções de renúncia de receita, as metas físicas por programas e ações e outros dispositivos específicos que nortearão a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA), tais como os percentuais específicos a serem aplicados nas Universidades Públicas Estaduais.

1.2. Análise Crítica Geral sobre a LDO 2023

O projeto de LDO 2023 enviado pelo Governo João Doria para a análise do Poder Legislativo não apresenta avanços em relação às últimas LDOs.

Abaixo temos pontos gerais que deveriam ser incorporados pela LDO paulista, mas o governo estadual não valoriza novas ferramentas de transparência, participação e planejamento do orçamento público estadual. As críticas principais concentram-se em que:

- O projeto de LDO 2023 do Governo Doria não apresenta avanços em relação às últimas Leis de Diretrizes Orçamentárias, contendo deficiências tais quais:
 - a- falta de garantia de recursos para emendas das audiências públicas regionais;
 - b- ausência de participação popular na elaboração do orçamento público;
 - c- falta de transparência dos investimentos do orçamento público;
 - d -falta de uma política de reajuste para os servidores públicos;
 - e- falta de política de desenvolvimento regional para o Estado de São Paulo;
 - f- redução das prerrogativas legislativas em relação à matéria tributária;

g- falta de transparência da renúncia de receita que já alcançou no mínimo R\$ 145,5 bilhões, especialmente quanto aos beneficiários destas isenções.

h- não prevê a ampliação do percentual para as universidades públicas;

i- não prevê mecanismo que obrigue o governo a aplicar 30% na educação e punições no caso de descumprimento;

j- não prevê mecanismo que retire a despesa previdenciária no computo do cálculo constitucional com a educação (artigo 255 da constituição estadual);

k- não prevê recursos do estado para o IAMSPE e de aporte de recursos paritários por parte do executivo ao IAMSPE;

l- na falta da utilização do Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS) e do IDH como indicadores para a aplicação de recursos estaduais nos municípios do Estado, visando a redução das desigualdades sócio econômicas;

m- pedido de autorização para aumento do remanejamento orçamentário, quando o governo já possui amplos poderes de alteração no orçamento estadual sem que seja preciso consulta a esta Casa Legislativa.

Ressalto que a ausência dessas medidas dificulta o controle parlamentar sobre o orçamento público, bem como o controle social como um todo.

Por fim, ao mesmo tempo em que dificulta a transparência e, consequentemente, o controle da execução orçamentária, aumenta a possibilidade de remanejamento orçamentário sem a devida transparência.

1.3 Análise dos Parâmetros Macroeconômicos

Os indicadores macroeconômicos estão alinhados quando analisamos as LDOs elaboradas pelo governo federal e estadual.

A taxa de variação dos preços da economia (inflação) e a taxa de crescimento econômico (PIB) projetadas para o ano que vem são praticamente idênticas: mostram que o governo paulista está mais pessimista que o governo federal. O crescimento do PIB paulista é -0,8% menor que o PIB nacional (2,70%). A taxa de variação do câmbio apresentada na LDO Estadual também é maior 0,18 que a projeção federal. E o mesmo ocorre em relação à taxa selic.

Tabela 1. Indicadores Macroeconômicos. Previsão 2021. LDO Federal x LDO Estadual.

Parâmetros macroeconômicos para 2023			Variação
Previsão	Estado	União	Nominal
IPCA	3,50%	3,65%	-0,15%
PIB paulista e Brasil	2,50%	3,30%	-0,80%
Câmbio	4,47	4,29	0,18
Selic	4,75%	4,36%	-0,39%

Fonte: PLDO 2022

1.4 Reprogramação e parâmetros, receita e despesa para 2020.

A fraqueza da economia brasileira e mundial foi agravada pela pandemia e levou a revisão dos parâmetros previstos na LDO 2021 e de forma geral existe uma redução da projeção da inflação de 1,28%, causado pela grave crise econômica, e uma queda do PIB de quase 8 pontos percentuais. A deterioração do cenário econômico e falta de confiança na administração federal são espelhados na desvalorização do real e na subida do cambio em R\$ 1,22

Tabela 2. Parâmetros macroeconômicos para 2020 - estado

Parâmetros macroeconômicos para 2020-Estado	Ido 2020	Ldo 2020 reprogramado	Variação
Previsão	2020	2020	nominal
IPCA	4,00%	2,72%	-1,28%
PIB paulista e Brasil	2,58%	-5,30%	-7,88%
Câmbio	3,78	4,60	1,22
Selic	7,50%	3,25%	-4,25%

Elaborado com base nos quadros do PLDO 2021.

Ao comparar as projeções do governo do Estado e da União percebemos que o governo paulista está mais pessimista que o federal em relação ao crescimento do país, prevendo também uma maior taxa de inflação e do câmbio.

Tabela 3: Parâmetros macroeconômicos para 2020 – União e Estado

Parâmetros macroeconômicos para 2020-Estado reprogramado e União (Maio)	União	Estado	variação
Previsão	2020	2020	nominal
IPCA	1,77%	2,72%	0,95%
PIB paulista e Brasil	-4,70%	-5,30%	-0,60%
Câmbio	4,42	4,60	0,18
Selic	3,77%	3,25%	-0,52%

Elaborado com base nos quadros do PLDO 2022.

A ampliação da crise econômica obriga a rever as previsões de receita e despesa e isto significa uma queda da receita fiscal de R\$ 20,3 bilhões ou -9%. Já a despesa fiscal cairá 878 milhões (-0,4%). Teremos um superávit primário de –R\$11,3 bilhões e o resultado nominal será de -46 bilhões, em consequência a dívida fiscal líquida subirá R\$ 24,58 bilhões ou 8,53%.

Tabela 4: Reprogramação de metas para 2023

Milhões Correntes	LDO 2020	LDO 2022 reprogramado	Variação	Variação
DISCRIMINAÇÃO	2020	2020	Nominal	Percentual
I. RECEITA FISCAL	225.490	205.179	-20.311	-9,01%
II. DESPESA FISCAL	217.417	216.539	-878	-0,40%
III. RESULTADO PRIMÁRIO (I-II)	8.073	-11.360	-19.433	-240,72%
IV. RESULTADO NOMINAL	-7.025	-46.063	-39.038	555,70%
V. DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	288.212	312.794	24.582	8,53%

Elaborado com base nos quadros do PLDO 2022.

1.5 Projeções de Receitas e Despesas para 2021.

Comparando as projeções constantes no PLDO 2022 em comparação ao LDO 2020, o governo Doria estima uma diminuição de R\$ 24 bilhões (-10%) nas

receitas fiscais e uma redução de R\$ 9,6 bilhões (-4,26%) nas despesas fiscais (-3,25%). O superávit primário tem queda de R\$ 14,5 bilhões e será negativo em R\$ 807 milhões.

Tabela 5. Comparação Receita, Despesa e Superávit Primário 2022. LDO 2023 versus LDO 2022.

milhões correntes	Ldo 2022- ano 2023	Ldo 2022	Variação	Variação
I. RECEITA FISCAL	239.346	215.320	-24.026	-10,04%
II. DESPESA FISCAL	225.748	216.126	-9.622	-4,26%
III. RESULTADO PRIMÁRIO (I-II)	13.598	-807	-14.405	-105,93%
IV. RESULTADO NOMINAL	-6.761	20.449	27.210	-402,46%
V. DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	294.973	292.344	-2.629	-0,89%

Fonte: PLDO 2022;

Estes dados para 2023 contrastam com a evolução entre 2016 e 2019, quando a receita cresceu 7% e a despesa 4,47%. A explicação é a grave crise mundial, a pandemia e a crescente crise política que derrubou expectativas econômicas para este e o próximo ano.

Tabela 6: Demonstrativo do resultado nominal e primário

Demonstrativo do resultado nominal e primário					Variação	Variação
DISCRIMINAÇÃO	2016	2017	2018	2019	Nominal	Percentual
I. RECEITA FISCAL	183.207	197.669	206.893	221.522	14.629	7,07%
II. DESPESA FISCAL	182.110	186.636	194.489	203.192	8.703	4,47%
III. RESULTADO PRIMÁRIO (I-II)	1.197	11.060	12.404	18.330	5.926	47,77%
IV. RESULTADO NOMINAL	-10.786	-12.672	-20.566	12.942	33.508	-162,93%
V. DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	246.345	259.106	279.672	266.730	-12.942	-4,63%

Fonte: PLDO 2020; elaboração:

1.6 Superávit Primário.

O superávit primário representa, em linhas gerais, a economia que o governo se compromete em realizar para o pagamento da dívida pública. A meta para o superávit primário estadual previsto no PPA 2012/2015 era de R\$ 26,4 bilhões para os quatro anos, mas o governo Alckmin entregou apenas R\$ 20,5 bilhões. Em resumo, o governo Alckmin deixou de economizar a quantia de R\$ 5,9 bilhões para o pagamento da dívida pública em relação às previsões iniciais do PPA.

Já no PPA 2016-2019, a meta era muito baixa R\$ 2,33 bilhões e foi realizado R\$ 18,36 bilhões, ou seja aproximadamente R\$ 16 bilhões a mais. Devemos apontar que neste último PPA o valor foi mais de R\$ 2 bilhões abaixo do ppa 2012/2015.

Outra forma de analisarmos a redução do compromisso do governo estadual com o ajuste fiscal nos últimos anos pode ser obtido através da evolução do superávit primário alcançado de 2010 até 2018, bem como as projeções de 2019 até 2022. De 2010 para 2018, o superávit primário subiu R\$ 7,2 bilhões ou 144%. E devemos lembrar que neste período a receita subiu 61%, e isto demonstra que a redução do superávit primário é evidentemente uma opção política do governo tucano.

O governo Doria ampliou o superávit primário para o ano de 2020 em R\$ 4 bilhões ou 78% e para 2021 em 9,57 bilhões ou 238%. O percentual frente à receita fiscal pulou de 1,98% para 3,57% para o ano de 2020 e pra 2021, saltou de 1,65% para 5,68%.

Também podemos fazer tal análise através do peso do superávit primário obtido ou previsto em relação à receita primária. Esta relação subiu de 2011 (4,45%) a 2014 (2,6%), mantendo esta tendência para as projeções até 2018 (6%) e deverá em 2023, atingir o segundo percentual e chegará a 3,15%.

O maior superávit primário foi obtido em 2019, primeiro ano do governo Doria e chegou a R\$ 18,3 bilhões ou 8,27% da receita primária.

A pandemia obrigou o governo Doria a rever a política de aumento do superávit primário e a prever deficit primário de R\$ 11,3 bilhões (2020) e de 807 bilhões (2021). Em síntese, o Governador João Doria manteve uma política de "ajuste fiscal permanente", buscando produzir superávits primários elevados para o pagamento dos juros da dívida pública. Mas ainda devemos assistir a

anos de contenção de despesas e austeridade, com aprofundamento de cortes e de crescente perdas salariais dos servidores.

Tabela 7. Evolução das Projeções do Superávit Primário do Estado de São Paulo em (milhões)

em milhares	superávit primário (I)	receita fiscal(II)	participação (i/II)
B 2010	5.153	128.480	4,01%
2011	6.197	139.353	4,45%
2012	6.490	148.809	4,36%
2013	4.402	167.349	2,63%
2014	4.589	174.892	2,62%
2015	5.063	182.617	2,77%
2016	1.563	183.207	0,85%
2017	11.060	197.669	5,60%
2018	12.404	206.893	6,00%
2019	18.330	221.522	8,27%
2020	-11.360	205.179	-5,54%
2021	-807	215.320	-0,37%
2022	3.027	228.651	1,32%
2023	7.605	241.514	3,15%
variação 2010/2023	2.452	113.034	
variação 2010/2023	48%	88%	
variação 2010/2019	13.177	93.042	
variação 2010/2019	256%	72%	

Fonte: PLDO 2020; elaboração:

1.7 Projeções de Renúncia de Receita do ICMS e do IPVA

Para 2023, a LDO prevê R\$ 15,1 bilhões em renúncia fiscal de ICMS, o equivalente a 10,1% da receita do imposto estimada para todo o ano, de R\$ 150,2 bilhões, com o detalhe de que essa previsão de receita não considera a queda de arrecadação decorrente da crise de Covid-19. O PLDO 307/2020 apresenta, ainda, 23 setores favorecidos com sigilo fiscal, sendo que as duas maiores renúncias anunciadas para 2021 são para a produção de produtos eletrônicos e ópticos (2,53%, equivalente a R\$ 3,6 bilhões) e fabricação de alimentos (1,69% equivalente a R\$ 2,4 bilhões). No IPVA, a estimativa é que

haja uma arrecadação de R\$ 18 bilhões em 2021 e uma perda de arrecadação em razão das renúncias de cerca de 3,2 bilhões, cerca de 15,1% do total da receita de IPVA. A renúncia é maior do aquela prevista para o ano de 2020, de cerca de 2,9 bilhões, o que representa 14,5% da arrecadação total de IPVA.

Na série histórica, passará de 8,53% da arrecadação potencial em 2014 para 11,08% em 2023, tendo como destaque a renúncia de receita do IPVA. Destacamos que o governo escondia e ainda esconde dados sobre renúncia fiscal e em parte foi obrigado a revelar por pressão do Tribunal de Contas.

O demonstrativo do governo na LDO reduziu sem justificativa, o valor da renúncia de receita de R\$ 20,4 bilhões (2017) para R\$ 15,4 bilhões (2018), e em 2019 este valor chegou a R\$ 14,5 bilhões e isto fez com que se reduzisse as projeções para 2020 em 4,2 bilhões. Para 2021 e 2022, este valor caiu mais 6,5 bilhões. Desta forma, a renúncia de receita de ICMS e IPVA para estes dois anos caiu em R\$ 10,7 bilhões.

Tabela 8: Comportamento Percentual da Renúncia Fiscal:

	2023	2022	2021	2020	2019	2018	2017	2.016	2015	2014
Percentual Renúncia ICMS	10,10%	10,10%	10,10%	11,10%	9,18%	10,10%	9,92%	9,86%	10,18%	8,99%
Percentual Renúncia IPVA	16,10%	15,70%	15,10%	14,50%	6,93%	7,10%	5,56%	5,07%	4,19%	3,80%
Percentual renúncia total	11,08%	11,01%	10,93%	10,39%	8,95%	9,80%	9,49%	9,42%	9,64%	8,53%

Fonte: PLDO 2021 e PLDO 2022.

Este aumento da renúncia de 2023 em relação a 2015 representará R\$ 5,5 bilhões a menos nos cofres estaduais, com impactos negativos sobre os repasses para as Universidades Estaduais (- R\$ 210 milhões), Educação (- R\$ 1,64 bilhões), Saúde (- R\$ 650 milhões), onde esses repasses seriam constitucionais.

Somente no ICMS a renúncia de 2015 a 2023 crescerá 2,9 bilhões e no IPVA de RS 3,29 bilhões.

Destacamos que de 2015 para 2023, o crescimento da isenção do IPVA é de 533% e no ICMS é de 14,61%, enquanto o crescimento da arrecadação de

receita do ICMS será de 28,5% e do IPVA de 44%, tudo isso em um momento de forte crise econômica. Vejamos os dados da tabela:

Tabela 9. Projeções de Renúncia de Receita para o ICMS e o IPVA. (milhões R\$)

Renúncia de Receita ICMS e IPVA	2023	2022	2021	2020	2019	2018	2017	2.016	2015
Arrecadação Potencial do ICMS	187.451	176.269	165.356	175.353	158.449	148.575	147.274	147.905	147.467
(-) Montante das Desonerações	17.208	16.182	15.180	17.415	14.538	15.004	14.612	14.585	15.015
(=) Arrecadação Prevista do ICMS	170.243	160.087	150.176	157.207	143.911	133.571	132.663	133.320	132.452
Arrecadação Potencial do IPVA	24.239	22.722	21.272	19.902	18.036	16.712	16.163	14.825	14.737
(-) Montante das Desonerações	3.912	3.561	3.210	2.877	1.249	1.187	898	752	617
(=) Arrecadação Prevista do IPVA	20.327	19.161	18.062	17.025	16.787	15.633	15.265	14.074	14.120
Total Arrecadação Potencial do ICMS e IPVA	211.690	198.991	186.628	195.255	176.485	165.287	163.437	162.730	162.204
(-) Montante das Desonerações	21.120	19.743	18.390	20.292	15.787	16.191	15.510	15.337	15.632
(=) Arrecadação Prevista do ICMS e IPVA	190.570	179.248	168.238	174.232	160.698	149.204	147.928	147.394	146.572
Renúncia de Receita ICMS e IPVA	2023	2022	2021	2020	2019	2018	2017	2.016	2015
percentual renuncia ICMS	10,10%	10,10%	10,10%	11,10%	9,18%	10,10%	9,92%	9,86%	10,18%
percentual renuncia IPVA	16,10%	15,70%	15,10%	14,50%	6,93%	7,10%	5,56%	5,07%	4,19%
percentual renuncia total	11,08%	11,01%	10,93%	10,39%	8,95%	9,80%	9,49%	9,42%	9,64%

Fonte: PLDO 2022.

Destacamos ainda que em 11 anos (2008 a 2019) a Renúncia de ICMS prevista no orçamento foi de R\$ 108,1 bilhões e na LDO este valor chegou a 137,5 bilhões, já o valor efetivamente realizado de renúncia de ICMS foi R\$

145,5 bilhões. Desta forma o realizado foi R\$ 8 bilhões a maior que a previsão da LDO e R\$ 37,4 bilhões a mais que o previsto no Orçamento do Estado.

Tabela 10- Execução da renúncia de receita frente às previsões (2008 a 2019)					
DESONERAÇÃO NA ARRECADAÇÃO ICMS	Realizado	LOA	LDO	Variação Realizado/LDO	Variação Realizado/LOA
realizado 2019	14.538	17.683	23.081	-8.543	-37,0%
realizado2018	15.480	11.379	15.004	476	4.101
realizado 2017	20.458	10.663	14.612	5.846	9.795
realizado 2016	13.745	10.913	14.585	-840	2.832
realizado 2015	13.636	11.112	15.015	-1.379	2.524
realizado 2014	13.167	10.207	12.583	584	2.960
realizado 2013	13.285	9.941	12.180	1.105	3.344
realizado 2012	10.567	7.711	10.772	-205	2.856
realizado 2011	10.333	5.654	7.199	3.134	4.679
realizado 2010	8.596	4.571	4.686	3.910	4.025
realizado 2009	6.062	4.452	4.185	1.877	1.610
realizado 2008	5.703	3.849	3.649	2.055	1.854
Total 2008 a 2019	145.570	108.135	137.551	8.019	37.435

FONTE: Ldo 2010 a 2020

Para reforçar os argumentos que mostram com a renúncia de receita vem sendo subestimada destacamos que entre 2008 a 2019 a diferença entre a previsão constante da LDO frente a lei orçamentária chegou a R\$ 29,4 bilhões ou -21.39%.

Tabela 11: Desoneração Realizada e LDO em Milhões de R\$

DESONERAÇÃO NA ARRECADAÇÃO ICMS	LOA	LDO	variação	variação
realizado 2019	17.683	23.081	-5.398	-23,4%
realizado2018	11.379	15.004	-3.625	-24,2%
realizado 2017	10.663	14.612	-3.949	-27,0%

realizado 2016	10.913	14.585	-3.672	-25,2%
realizado 2015	11.112	15.015	-3.903	-26,0%
realizado 2014	10.207	12.583	-2.376	-18,9%
realizado 2013	9.941	12.180	-2.239	-18,4%
realizado 2012	7.711	10.772	-3.061	-28,4%
realizado 2011	5.654	7.199	-1.545	-21,5%
realizado 2010	4.571	4.686	-115	-2,5%
realizado 2009	4.452	4.185	267	6,4%
realizado 2008	3.849	3.649	200	5,5%
Total 2008 a 2019	108.135	137.551	-29.416	-21,4%

FONTE: LDO e Loa 2008 a 2019

Quanto custou esta política de desoneração fiscal para as áreas de Educação, e saúde e para as universidades, que estão dentro dos 30% para a educação? A educação em 11 anos perdeu R\$ 43,6 bilhões e as universidades R\$ 13,9 bilhões. Para termos uma ideia o orçamento da secretaria de Educação em 2019 é de R\$ 32,1 bilhões e os recursos do tesouro para as três universidades paulista é de R\$ 10,47 bilhões. Dessa forma, podemos afirmar que em dez anos de renúncia de receita realizada foi perdido um orçamento na secretaria de educação e com as universidades.

Na saúde as desonerações representam R\$ 17,4 bilhões a menos em 10 anos, e isto representa 88% dos recursos do Tesouro que constam do orçamento de R\$ 17,77 bilhões para o ano de 2019.

Tabela 12: Impactos das Desonerações na Saúde e Educação

DESONERAÇÃO NA ARRECADAÇÃO ICMS- em milhões	Realizado	30% educação	9,57% universidades	12% saúde
Realizado 2019	14.538	4.361,4	1.391,3	1.744,6
Realizado 2018	15.480	4.644	1.481	1.858
Realizado 2017	20.458	6.137	1.958	2.455
Realizado 2016	13.745	4.124	1.315	1.649
Realizado 2015	13.636	4.091	1.305	1.636
Realizado 2014	13.167	3.950	1.260	1.580
Realizado 2013	13.285	3.986	1.271	1.594
Realizado 2012	10.567	3.170	1.011	1.268

Realizado 2011	10.333	3.100	989	1.240
Realizado 2010	8.596	2.579	823	1.032
Realizado 2009	6.062	1.819	580	727
Realizado 2008	5.703	1.711	546	684
Total 2008 a 2019	145.570	43.672	13.930	17.468

FONTE: LDO 2010 a 2021

O governo Doria concedeu mais R\$ 48,3 bilhões de desonerações fiscais durante todo o período, e com isto, vai retirar R\$ 14,4 bilhões da educação, R\$ 4,6 bilhões das universidades e R4 5,77 bilhões da saúde.

Tabela 13: DESONERAÇÃO NA ARRECADAÇÃO ICMS- em milhões		30%	9,57%	
	Realizado	educação	universidades	12% saúde
Previsto 2022	16.182	4.855	1.549	1.942
Previsto 2021	15.180	4.554	1.453	1.822
Previsto 2020	17.415	5.225	1.667	2.090
Previsto 2019	14.538	4.361	1.391	1.745
Governo Doria	48.135	14.441	4.607	5.776

Se estas previsões para 2020 a 2022 se confirmarem, a renúncia de receita chegará a quase 194,4 bilhões e a educação perderá R\$ 58,4 bilhões, as universidades perdem R\$ 18,6bilhões e a saúde R\$ 23,3 bilhões.

Tabela 14: DESONERAÇÃO NA ARRECADAÇÃO ICMS- em milhões		30%	9,57%	
	Realizado	educação	universidades	12% saúde
Previsto 2022	16.182	4.855	1.549	1.942
Previsto 2021	15.180	4.554	1.453	1.822
Previsto 2020	17.415	5.225	1.667	2.090
Realizado 2019	14.538	4.361,4	1.391,3	1.744,6
Realizado 2018	15.480	4.644	1.481	1.858

Realizado 2017	20.458	6.137	1.958	2.455
Realizado 2016	13.745	4.124	1.315	1.649
Realizado 2015	13.636	4.091	1.305	1.636
Realizado 2014	13.167	3.950	1.260	1.580
Realizado 2013	13.285	3.986	1.271	1.594
Realizado 2012	10.567	3.170	1.011	1.268
Realizado 2011	10.333	3.100	989	1.240
Realizado 2010	8.596	2.579	823	1.032
Realizado 2009	6.062	1.819	580	727
Realizado 2008	5.703	1.711	546	684
Total 2008 a 2019	194.347	58.306	18.598	23.321

A LDO não apresenta mais um quadro da desoneração do ICMS por segmento econômico, mas apenas por subdivisão destes setores econômicos. E por isto, mantemos as informações desde 2010 a 2016, percebe-se que o valor das desonerações cresceu R\$ 5,14 bilhões, reduzindo as verbas vinculadas para a Educação (-R\$ 1,54 bilhão) e para a Saúde (- R\$ 617 milhões), com destaque no primeiro grupo para as perdas das Universidades Estaduais (-R\$ 492 bilhões).

No período 2010 a 2016 a renúncia de receita foi maior para o setor econômico de comércio e serviços, crescendo em R\$ 3,8 bilhões, ou 113,4%. Já para o setor industrial a renúncia de receita cresceu R\$ 1,3 bilhão, ou 26%. Já nos últimos dois anos, os dados consolidados revelam que a renúncia cresceu 11,6% para o setor de comércio e serviços (R\$ 756,5 milhões), caindo, porém, no setor industrial em -10,66% (R\$ 1,3 bilhões).

O setor agropecuário, muito menor, apresentou queda na renúncia de receita tanto no período 2010/2016 como no período 2015/2016. Convém destacar, porém, como reforça o Poder Executivo na LDO, que:

"apesar da renúncia fiscal no setor agropecuário ser pequena em valores absolutos, ela é superior à arrecadação do setor. Evidenciando que no Estado de São Paulo a agricultura é um setor altamente desonerado de ICMS, pois, além de vários benefícios goza do diferimento do recolhimento do imposto para as etapas posteriores da cadeia econômica, o que simplifica a sua apuração".

Estes números revelam que o governo paulista não vem priorizando o crescimento industrial através da política de renúncia tributária. Como o setor de comércio e serviços torna-se cada vez mais preponderante no Estado - incluído neste grupo os segmentos de Energia Elétrica, Comunicações, Gás e Combustíveis - , bem como a agroindústria no interior (baseado nos complexos canavieiros e da citricultura), a política de renúncia fiscal segue reforçando estes processos.

1.8. Informações Pertinentes a Renúncia Fiscal em 2019 e na LDO 2021.

Arrecadação do ICMS prevista para 2018 foi de R\$ 137 bilhões, porém o realizado foi de R\$ 139 bilhões, um crescimento de R\$ 1,86 bilhão, ou 1,36%. Já em relação a renúncia fiscal o previsto foi de R\$ 15 bilhões, porém o realizado foi de no mínimo R\$ 15,48 bilhões, um aumento de R\$ 476 milhões ou 3,17%. Com isto, o percentual de renúncia do ICMS chegou a 11,13% da receita realizada superando a previsão inicial.

Tabela 15. Renúncia Fiscal de 2018

Renúncia de receita do ICMS prevista e Realizada em 2018- Em milhões			
Renuncia de receita 2019- em milhões	Receita ICMS	Renúncia de receita	Percentual
Previsto	143.911	23.081	16,04%
Realizado	143.821	14.538	10,11%
Variação	-91	-8.544	
Variação	-0,06%	-37,01%	

Fonte: PLDO 2020 e SIGEO

Se fizermos uma comparação entre algumas secretarias do estado com o total da renúncia fiscal do ICMS de R\$ 15,4 bilhões, veremos que a renúncia de receita foi bem próximo ao que foi gasto com a secretaria de desenvolvimento econômico, que tem as universidades paulistas, e foi R\$ 10,8 bilhões maior que o gasto das secretarias de transportes metropolitanos e R\$ 7,6 bilhões transportes metropolitanos ou R\$ 3 bilhões maior que o gasto do Tribunal de Justiça. Ainda representou 42% do gasto da secretaria de Educação, 61,4% da saúde e 65% da Segurança Pública.

Tabela 16. Comparação entre a Renúncia Fiscal e Algumas Secretárias.

2019	Previsto	Realizado	
Renúncia	23.081.000.000	14.538.000.000	Percentual do gasto frente a renúncia receita do ICMS
Nome Órgão	Orçado	Empenhado	
SEC.DA JUSTICA E CIDADANIA	2.296.509.423	2.098.261.083	14,43%
SECR. DESENV. ECONOMICO	16.697.608.835	15.884.173.291	109,26%
SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA	4.480.970.573	4.131.028.179	28,42%
SECRETARIA DA EDUCACAO	32.444.394.699	34.290.764.396	235,87%
SECRETARIA DA SAUDE	23.391.495.277	23.641.690.134	162,62%
SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA	22.435.973.271	22.077.753.659	151,86%
SECRETARIA DE LOGISTICA E TRANSPORTES	6.982.651.313	3.745.634.066	25,76%
SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS	9.469.690.824	6.935.247.707	47,70%
SECRETARIA DA CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA	816.128.597,00	785.068.236,88	5,40%

Fonte: PLD0 2021 e sigeo

Ao comparar a renúncia de receita entre 2017, 2018 e 2019, constata-se que as isenções e reduções de base de cálculo- setores econômicos recuaram R\$ 9 bilhões ou 90% sem que houvesse qualquer justificativa plausível. Afinal se publicou a revogação de decretos?

O mais estranho é que o outro grande item crédito presumido e outorgado que teve crescimento de R\$ 1,54 bilhão ou 22%, mesmo tendo 24 setores sobre sigilo fiscal.

Em 2019, a receita do ICMS cresceu acima do previsto e não é este o motivo para esta queda. E tudo indica que o governo jogou para baixo a renúncia realizada, especialmente quando anuncia que apresentar um “política industrial” com isenções fiscais para 11 setores da economia paulista: Saúde e fármacos, metal-metalúrgicos, máquinas e equipamentos, automotivo, químico, borracha e plástico. Derivados de petróleo e petroquímico, biocombustíveis, alimentos e bebidas, têxtil, vestuário e acessórios, couros e calçados, tecnologia e ecoflorestal. Só para o setor automotivo, num decreto será um acréscimo de R\$ 1 bilhão.

Tabela 17. Resumo da Renúncia de Receita em 2017, 2018 e 2019

	2017	2017	2018	2018	2.019	2019		
ISENÇÕES E REDUÇÕES DE BASE DE CÁLCULO	Renúncia	Renúncia / Arrecadação %	Renúncia	Renúncia / Arrecadação %	Renúncia	Renúncia / Arrecadação %	variação 2019/18	variação 2019/18
SETORES ECONÔMICOS - CNAE 2 DÍGITOS - TOTAL (*)	10.001	7,84%	2.631	1,94%	977	0,68%	-1.654	-62,87%
PREÇOS ADMINISTRADOS – TOTAL	2.475	1,94%	2.691	1,98%	2.644	1,84%	-47	-1,75%
CAPTAÇÃO, TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA – TOTAL	2	0,06%	144	0,11%	135	0,09%	-9	-6,25%
ISENÇÕES E REDUÇÕES DE BASE DE CÁLCULO NAS IMPORTAÇÕES	390	0,31%	1.003	0,74%	1.351	0,94%	348	34,70%
EMPRESAS DO SIMPLES – TOTAL	56	0,04%	423	0,31%	385	0,27%	-38	-8,98%
CRÉDITO PRESUMIDO E OUTORGADO - TOTAL	7.396	5,80%	8.588	6,32%	9.045	6,29%	457	5,32%
TOTAL	20.390	15,99%	15.480	11,40%	14.537	10,11%	-943	-6,09%

Fonte: PLDO 2019-2021

Em 2017, os cinco principais setores econômicos privados que mais se beneficiaram com essa renúncia fiscal foram por ordem de valores:

- 1º Fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos no valor de R\$ 4,53 bilhões.
- 2º Fabricação de produtos químicos no valor de R\$ 3,36 bilhões.
- 3º Serviços de comunicação no valor de R\$ 2,15 bilhões.
- 4º Fabricação de produtos alimentícios no valor de R\$ 2,14 bilhões.
- 5º Comércio por atacado, exceto veículos automotores e motocicletas no valor de R\$ 1,96 bilhão.

Já em 2018, os cinco principais setores econômicos privados que mais se beneficiaram com essa renúncia fiscal foram por ordem de valores:

- 1º Fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos no valor de R\$ 4,67 bilhões
- 2º Serviços de Comunicação no valor de R\$ 2,33 bilhões.
- 3º Fabricação de produtos alimentícios no valor de R\$ 1,71 bilhão
- 4º Transporte terrestre no valor de R\$ 1,67 bilhão
- 5º Fabricação de produtos químicos no valor de R\$ 1 bilhão

Já em 2019, os cinco principais setores econômicos privados que mais se beneficiaram com essa renúncia fiscal foram por ordem de valores:

- 1º Fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos no valor de R\$ 4,86 bilhões
- 2º .Fabricação de produtos alimentícios no valor de R\$ 2,42 bilhões
- 3º Serviços de Comunicação no valor de R\$ 2,22 bilhões
- 4º Fabricação de produtos químicos no valor de R\$ 1,28 bilhão
- 5º Transporte terrestre no valor de R\$ 1,15 bilhão

Entre 2017 e 2018, destacamos as principais quedas se concentraram em isenções que reduzem a base de cálculo do ICMS, como por exemplo da querosene de aviação que caiu de 25% para 12%. Misteriosamente a isenção para fabricação de produtos alimentícios caiu R4 744 milhões, para fabricação de produtos químicos R\$ 2,36 bilhões, entre outros.

Para 2021 a renúncia fiscal foi de R\$ 18,39 bilhões sendo R\$ 15,1 bi do ICMS e R\$ 3,2 bilhões de IPVA.

Tabela 18. Projeção de renúncia de receita para 2023

Renúncia de Receita ICMS e IPVA	2021
Arrecadação Potencial do ICMS	165.356
(-) Montante das Desonerações	15.180
(=) Arrecadação Prevista do ICMS	150.176
Arrecadação Potencial do IPVA	21.272
(-) Montante das Desonerações	3.210
(=) Arrecadação Prevista do IPVA	18.062
Total Arrecadação Potencial do	186.628

ICMS e IPVA	
(-) Montante das Desonerações	18.390
(=) Arrecadação Prevista do ICMS e IPVA	168.238
Renúncia de Receita ICMS e IPVA	2021
percentual renuncia ICMS	10,10%
percentual renuncia IPVA	15,10%
percentual renuncia total	10,93%

Fonte: PLDO 2023

Depois das recomendações do Tribunal de Contas do Estado o governo começou a cumprir a Lei de responsabilidade e, por exemplo, a renúncia de receita para o setor da aviação civil será de R\$ 1 bilhão em três anos. E as três juntas seriam de R\$ 1,34 bilhões entre 2019 a 2022.

Estes valores seriam compensados pela edição do decreto Nº 64.213, de 30 de abril de 2019 e que segundo a justificativa **revoga dispositivo do Regulamento do ICMS que trata do crédito do imposto em operações com insumos agropecuários.**

Diante o exposto, fazemos a crítica de que é necessário que o governo siga as determinações da ressalva do TCE e amplie a transparência nesta matéria, conforme orientação do egrégio Tribunal de Contas:

“O GOVERNO PRECISARÁ SER MAIS TRANSPARENTE COM AS RENÚNCIAS FISCAIS, ENQUANTO O TRIBUNAL PRECISARÁ SE APERFEIÇOAR PARA EM SUA FISCALIZAÇÃO TRAZER OS DADOS, TANTO QUANTO POSSÍVEL COMPLETOS, QUE POSSIBILITEM TORNAR CONHECIDOS OS RESULTADOS DESSAS RENÚNCIAS. CONSTATEI UMA INFORMAÇÃO SIMPLISTA, NA LDO “

1.9 RISCOS FISCAIS

Os riscos fiscais apontados no PLDO 2022 representam as ações judiciais que podem onerar os cofres públicos estaduais e não estarão previstas no orçamento. Segundo as projeções preliminares contidas no PLDO 2021 estes riscos podem representar um impacto orçamentário de R\$ 675 bilhões.

Destaco que os riscos fiscais na grande maioria dos casos não informa o valor e segundo levantamento de 332 situações citadas apenas 25 tem valor ou 7,5%. O valor total pontado é de R\$ 20 bilhões

O principal risco fiscal citado nas LDO desde 2016 era a falta de revisão salarial anual dos servidores públicos do Estado (R\$ 500 bilhões), que foi excluído este ano sem nenhuma justificativa, mas também existem riscos significativos com o pagamento de precatórios e com as concessionárias de rodovias. Em vários itens não podemos estimar o valor do impacto orçamentário, especialmente no caso da indenização do governo paulista em relação à Concessionária da Linha 4 do Metrô (valor que pode chegar a R\$ 500 milhões).

1.10 Pontos Necessários A Serem Considerados Na Lei Orçamentária Anual – LOA 2023

Promover a devida destinação de recursos para as universidades públicas com majoração de recursos a serem destinados às universidades estaduais ou mesmo elevar o percentual destinado, com a justificativa de considerar inviável realizar tal acréscimo,

Excluir a limitação de empenho e movimentação financeira para áreas como a cultura, habitação, educação, segurança pública, desenvolvimento social, transportes metropolitanos, logística e transportes. Impedir o contingenciamento do fundo das estâncias e municípios turísticos, fundo de desenvolvimento regional para a Baixada Santista, Campinas, Sorocaba e Vale do Paraíba, IAMSPE, de despesas obrigatórias e legais, como consta do artigo nono da Lei de Responsabilidade fiscal.

Em um cenário de incertezas de arrecadação, a limitação de empenho e movimentação financeira faz-se necessária para adequação das contas públicas, mas o Poder Executivo não pode desobrigar-se de apontar as áreas prioritárias do governo que não poderão sofrer com o contingenciamento linear de seus empenhos.

Dispor que o Projeto de Lei Orçamentária de 2023 deverá prever a destinação de recursos para o IAMSPE. O Poder Executivo destinar recursos do Tesouro para o Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual – IAMSPE,” acreditamos que a redação atual é insuficiente. Defendemos, portanto, que o governo estadual consigne no orçamento recursos do tesouro ao IAMSPE em montante equivalente aos recursos destinados pelo funcionalismo público estadual.

Tal acolhimento justifica-se uma vez que não estão garantidos recursos suficientes do tesouro estadual para o IAMSPE. Ao não estabelecer qualquer fórmula ou metodologia para esta destinação de recursos, fica o tesouro estadual completamente livre para, na prática, definir recursos insuficientes para o IAMSPE, como tem ocorrido ao longo dos tempos.

Para termos uma ideia dos valores devidos pelo Tesouro Estadual ao IAMSPE, desde 1997 até 2018, enquanto os servidores públicos investiram R\$ 12,5 bilhões no IAMSPE, o governo estadual investiu apenas R\$ 2,5 bilhões, uma dívida do Tesouro Estadual de R\$ 10 bilhões com o Instituto.

Tabela x. Recursos para o IAMSPE

Ano	Recursos servidores	Tesouro do Estado	Diferença
1997	181.609.815	1.680.000	179.929.815
1998	195.167.836	697.500	194.470.336
1999	203.244.102		203.244.102
2000	217.076.319	500.000	216.576.319
2001	251.901.895	4.640.168	247.261.726
2002	255.791.978	7.332.376	248.459.602
2003	307.745.489	6.877.765	300.867.724
2004	336.986.422	2.700.000	334.286.422
2005	382.571.203	2.700.000	379.871.203
2006	424.577.462		424.577.462
2007	442.266.443	26.505.288	415.761.155
2008	585.815.306	37.551.285	548.264.021
2009	494.874.982	78.260.244	416.614.738
2010	606.120.734	99.946.563	506.174.171
2011	629.940.419	107.717.885	522.222.534
2012	717.199.319	108.992.848	608.206.470
2013	724.564.205	182.007.532	542.556.673
2014	804.429.580	257.934.230	546.495.350
2015	890.175.029	286.389.799	603.785.230
2016	920.689.230	276.869.061	643.820.169
2017	941.444.992	317.202.335	624.242.657
2018	998.397.897	366.017.479	632.380.418
2019	1.017.286.660,86	365.014.475,43	652.272.185
Total	12.529.877.318	2.537.536.833	9.992.340.482

c) Transparência dos gastos com publicidade

O tema reveste-se de grande importância para um acompanhamento anual das despesas com propaganda, uma vez que a Lei Eleitoral determina que se gaste no último ano de um governo, no máximo, a média dos últimos três anos gastos com propaganda e publicidade.

Atualmente, não há um demonstrativo dos gastos com publicidade para que se possa acompanhar o cumprimento da norma legal. Além disso, são famosas as denúncias de propagandas de empresas estaduais em outros Estados da federação, ou ainda peças de "marketing político" ressaltando a suposta excelência do transporte metro-ferroviário na cidade de São Paulo - com superlotação e panes constantes na vida real -, ou ainda as campanhas com artistas televisivos.

A título comparativo, trazemos o cotejo dos gastos nessa área entre os anos de 2011 a 2019 com publicidade, que ficou na casa de R\$ 1,75 bilhões, o que mostra a necessidade premente de transparência.

Tabela x. Gastos com Publicidade

Publicidade	Total
2011	141.189.261
2012	198.328.828
2013	304.924.369
2014	276.655.545
2015	197.939.634
2016	185.895.649
2017	196.082.916
2018	187.083.482
2019	202.947.176,50
Total	1.749.857.600

Fonte: Sigeo.

d) No que se refere à política de valorização salarial do funcionalismo público estadual o relator também não acatou as emendas que definiu uma regra para a correção salarial do funcionalismo público estadual.

Esta emenda se justifica ainda mais em razão da queda do poder aquisitivo do funcionalismo público estadual, sobretudo nas áreas da saúde, educação e segurança, levando à queda na procura por tais

carreiras, bem como na dificuldade em preenchimento das vagas em concursos públicos. A disseminação de "bicos" tornou-se uma maneira dos servidores públicos se defenderem do "arrocho" salarial implementado nas últimas décadas no Estado de São Paulo. Através desta emenda, procuramos garantir um processo de recuperação constante dos salários do funcionalismo público no Estado.

- e) Mais recursos para a Educação:** A definição de maiores recursos para o Ensino Superior, o Ensino Técnico/Tecnológico e o Ensino Fundamental, emendas já tradicionais desta casa, sempre são rejeitadas ou vetadas pelo governo, com o argumento de que não se pode "engessar" o orçamento público com a educação, sendo necessários investimentos em outras áreas mais importantes.

O discurso tucano da prioridade na educação desmorona a cada ano, principalmente quando nos deparamos com a crise financeira das Universidades Públicas Estaduais e na falta de uma política de democratização do acesso a estas, bem como na falta de transparência em sua gestão. Este discurso de prioridade na educação também se desfaz diante da falta de estrutura para a propalada ampliação do ensino técnico e tecnológico - levando professores, pais e alunos a se cotizarem para a manutenção das condições mínimas de ensino.

A baixíssima qualidade do ensino fundamental das escolas estaduais, com alunos terminando o segundo ciclo sem que saibam ler, escrever ou fazer operações matemáticas elementares, também são reveladoras da real situação do ensino estadual.

Em 2015, a greve deflagrada pelos professores da Rede Estadual de Educação, a maior da história da categoria no Estado, que durou quase 100 dias, visava a equiparação gradativa do salário dos professores com outras carreiras de nível superior do Estado, bem como a reabertura de milhares de salas de aula fechadas no início do ano. O governador, apesar dos péssimos indicadores da educação paulista, negou-se a atender tais reivindicações, ou mesmo construir alternativas ao longo dos próximos anos.

No final de 2015 e início de 2016, a ocupação das escolas estaduais pelos estudantes denunciava o desmonte relacionado ao fechamento de inúmeras unidades, visando mais uma economia absurda de recursos na educação.

Por fim, devo destacar a importância das universidades estaduais paulistas e do Centro Paula Souza, lembrando o expressivo crescimento destas instituições, especialmente a partir dos anos 2000, não acompanhado pelo aumento de recursos. As universidades se mantêm com o mesmo percentual de repasse do ICMS – 9,57% da quota-parte do estado – há quase 30 anos.

f) Ausência de Transparência – Renúncias e Isenções

O executivo paulista infelizmente não vem cumprindo os ciclos orçamentários no estado, basta analisarmos as últimas leis orçamentárias e compararmos com as leis de diretrizes orçamentárias. Um exemplo é a comparação das metas previstas para execução orçamentária de 2019 foi que 251 ações alcançaram suas metas ou 43% e no PPA 2016/19 mas 51,5%.

Por exemplo, o governo tinha ações da saúde, educação, assistência social e previu que gastaria uma quantidade de recursos, porém desse total, gastou menos que 50%.

Destacamos especialmente, o controle de doenças transmitidas por vetores, vigilância epidemiológica, controle pandêmico, melhor caminho, estradas vicinais, erradicação da miséria extrema e fomento da inteligência policial.

Sabemos que essa queda de investimento não se deu pela falta de recursos do executivo paulista, pois no mesmo ano de 2008 a 2019 o governo deu no mínimo uma renúncia fiscal de R\$ 145 bilhões, porém esse valor poderá ser maior, pois o governo do estado de São Paulo colocou sob sigilo alguns setores que fatalmente poderá aumentar esse valor.

Por fim, chama a atenção na peça orçamentária para a enorme renúncia fiscal prevista no projeto de LOA 2023. A receita total projetada para o próximo ano é em torno de **R\$ 317,4 bilhões** (10,7% superior à do orçamento aprovado para 2022), enquanto a isenção é de cerca de **80 bilhões**, em favor de grandes frigoríficos, mineradoras, empresas aéreas e outras.

CONCLUSÃO

Diante deste nosso parecer contrário apresentado, votamos pela:

- 1. Aprovação do Projeto de Lei 578 de 2022**, nos termos dos termos do parecer do relator;
- 2. Aprovação em destaque das seguintes emendas apresentadas pelos nobres parlamentares, destacadas neste voto em separado:**
- 3. Renúncia de Receita:** amplia transparência da renúncia fiscal do ICMS, IPVA e fim do sigilo fiscal, considerando a emendas 18128;
- 4. Concessão Ampla as Pessoas Com Deficiência – PCDs**, no que toca alíquota de IPVA, independente do grau de severidade da deficiência e do nível de adaptação móvel. Emenda nº. 3;
- 5. Recursos ao IAMSPE: Repasse de Recursos do Tesouro Estadual para o IAMSPE, Investimento no IAMSPE e Ampliação do Convenio –** Emendas n. 45, 46 e 18.990;
- 6. Funcionalismo Público:** Revisão Salarial e reajuste para os servidores públicos, especialmente Saúde, Educação e Segurança Pública, devolução dos salários confiscados mediante a majoração de alíquota previdenciária – Emendas nº. 1798,1799,1800,1801,17012,18122,18123, 18125 e 18127;
- 7. Gratuidade no Transporte Público** para Pessoas com Idade Superior a 60 Anos, independente da comprovação de situação de extrema pobreza – Emenda nº. 19437;
- 8. Reajuste salarial – PSPN – Piso Salarial Profissional Nacional –** Emenda nº; 19.053;
- 9. Anexação de Demonstrativos gerais para maior controle e transparência do orçamento público-** Demonstrativo de Transparência e controle social sobre os fundos de despesa e financiamento; Demonstrativos das parcerias Publico-Privadas, demonstrativos da agência de fomento, Demonstrativo da dívida ativa, Demonstrativo dos valores a serem pagos com precatórios, demonstrativo dos gastos com publicidade, demonstrativo da alienação de bens, depósitos judiciais,

demonstrativo dos recursos destinados aos Hospitais Universitários, demonstrativo dos recursos destinados ao Centro Estadual Paula Souza, demonstrativo riscos fiscais – Emenda nº. 18130;

10. **Créditos suplementares** - Determinação do Executivo enviar para a apreciação do Poder Legislativo os créditos adicionais suplementares definidos nos artigos 12 e 13 da Lei de Diretrizes Orçamentárias; - Emenda nº. 18129;
11. **Recuperação de Rodovias Estaduais** – Que necessitam recuperação, consistindo nas emendas nº. 1044 à 1098, 1236, 9487, 9489, 10687, 10743, 10744, 18224, 19325, 19327, 19328, 19384, 19385, 19400, 19401, 19402 e 19403;
12. **Planos de Desenvolvimento Regional – Baixada Santista e Vale do Ribeira:** contempla planos regionais de desenvolvimento para o Vale do Ribeira, e de micro e macrodrenagem para a Baixada Santista – Emendas nº. 1381 (Baixada Santista) e 1383 (Vale do Ribeira).

Sala das Comissões em,

a) Caio França